



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

I - INFORMAÇÕES GERAIS

1. Número do Processo Administrativo:	139/2025
--	-----------------

2. Setor Requisitante:	<input type="checkbox"/> 1 - SECRETARIA DE GOVERNO
	<input type="checkbox"/> 2 - ASSESSORIA JURIDICA
	<input type="checkbox"/> 6 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
	<input type="checkbox"/> 7 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
	<input type="checkbox"/> 8 - SECRETARIA DE FAZENDA
	<input checked="" type="checkbox"/> 9 - SECRETARIA DE SAÚDE
	<input checked="" type="checkbox"/> 10 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
	<input type="checkbox"/> 11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 - SECRETARIA DE OBRAS, SERV. E DES. URBANO
	<input type="checkbox"/> 13 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	<input type="checkbox"/> 14 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
	<input type="checkbox"/> 15 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
	<input type="checkbox"/> 16 - SECRETARIA DE POLÍTICA HABITACIONAL

3. Equipe de Planejamento da Contratação:	Patrícia Pedroso de Oliveira – Secretária de Planejamento Claudia Janz da Silva - Secretária de Administração Alexandro Beretta - Secretário de Saúde Aline Firmino Neves Vasconcelos - Secretário de Educação e Cultura Rômulo Ramalho Farias - Secretário de Obras, Serv. e Des. Urbano
--	---

4. Objeto:	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E GERENCIAMENTO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO COM CHIP DE SEGURANÇA E SENHA INDIVIDUAL, E APLICATIVO PARA SMARTPHONE IOS E ANDROID PARA PAGAMENTO VIA QR CODE, PARA RECARGA MENSAL, DESTINADO À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS SERVIDORES CLT DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES/PR.
-------------------	--

5. Local	Diversos FISCAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO: EMERSON BARBOSA FISCAL GESTORA: CLAUDIA JANZ DA SILVA
-----------------	---

II - Diagnóstico da Situação Atual:

1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):

A Lei Complementar nº 173/2022, com alterações do valor estabelecido pela Lei nº 4525/2025, assegura auxílio-alimentação de natureza indenizatória no valor mensal de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) aos servidores públicos ativos do município, incluindo servidores temporários e Conselheiros Tutelares. Em janeiro de 2025, 1.024 servidores foram contemplados, sendo 40 deles contratados sob o regime da CLT. Com a expectativa de novas admissões, o número de beneficiários poderá alcançar 1.133.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Conforme memorando emitido pelo Departamento de Recursos Humanos em 07 de maio de 2025, o município conta atualmente com 66 (sessenta e seis) servidores celetistas em atividade. Para fins de planejamento, foram acrescentados ao presente processo mais 14 (quatorze) servidores, considerando a possibilidade de futuras contratações.

O auxílio-alimentação é um benefício essencial que contribui para a alimentação e bem-estar dos servidores, sem impacto na folha de pagamento do município e sem incidência de tributos e contribuições previdenciárias para os beneficiários.

O benefício era operacionalizado através do Contrato nº 110/2020 (Pregão 10/2020-PMB), firmado entre o município e a Face Card Administradora de Cartões Ltda (CNPJ 21.935.659/0001-00). Contudo, este contrato encerrou-se em 15 de abril de 2025 e não pode ser prorrogado devido a impedimentos legais.

Considerando a impossibilidade de prorrogação do contrato vigente e as recentes alterações na legislação, como a Lei nº 14.442/2022, de 2 de setembro de 2022, que reformulou as diretrizes para o pagamento do auxílio-alimentação aos empregados celetistas, torna-se essencial a abertura de um novo processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada na gestão desse benefício.

Logo, oportuno destacar que o presente processo tem como principais objetivos:

1. Selecionar a proposta mais vantajosa: Escolher a empresa especializada na gestão do auxílio-alimentação dos servidores públicos municipais que garanta qualidade na prestação do serviço e conformidade com a legislação vigente.
2. Assegurar o pagamento regular e eficiente: Garantir o pagamento regular e eficiente do auxílio-alimentação aos servidores públicos, promovendo sua valorização e bem-estar.
3. Garantir transparência e economicidade: Assegurar transparência e economicidade na administração dos recursos públicos destinados ao auxílio-alimentação.
4. Estimular o desenvolvimento local: Incentivar a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais do município, contribuindo para o desenvolvimento da economia local.
5. Essa iniciativa não apenas reforça a transparência e a integridade do benefício, como também possibilita um gerenciamento mais eficiente, demonstrando o compromisso da Prefeitura com a valorização de seus servidores e a correta aplicação dos recursos públicos.

A realização do novo processo se justifica pela necessidade de atender às exigências legais e garantir a continuidade do serviço de auxílio-alimentação aos servidores municipais, em face do término do contrato e das alterações legislativas.

A escolha da proposta mais vantajosa, além de garantir a qualidade do serviço e a conformidade com a legislação, permitirá a otimização dos recursos públicos e a promoção do desenvolvimento local, através do incentivo à aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais do município.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Considerando os regimes de contratação vigentes no município – celetista (CLT) e estatutário – foi encaminhada demanda nº 349235 ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) para obter esclarecimentos sobre a viabilidade de realizar processos distintos, em virtude da impossibilidade de desconto pelas contratadas em relação aos servidores celetistas.

Após a manifestação favorável do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) à realização de dois processos licitatórios, uma reunião administrativa municipal, sob a presidência do Sr. Jaelson Ramalho Matta, Prefeito Municipal, deliberou pela instauração de dois certames distintos. O objetivo dessa medida é segregar os regimes de contratação e, consequentemente, mitigar o impacto nas despesas orçamentárias do município de Bandeirantes.

Dessa forma, o presente processo tem por finalidade atender exclusivamente aos servidores contratados sob o regime celetista (CLT), sendo que a taxa administrativa da contratada deverá ser igual a 0 (zero), conforme demonstrado ao longo deste estudo técnico preliminar.

Para dar prosseguimento ao processo, serão elaborados o edital e demais documentos necessários, que serão amplamente divulgados para garantir a participação de empresas qualificadas e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração municipal e para os servidores públicos.

2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):

☒ **Sim** – Especificar Ano: 2024 ☐ **Não** – Justificar em item 2.1.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme edição nº 1052, ano: 2025, publicado nos dias 07 de maio de 2025, de acordo com o detalhamento a seguir:

SECRETARIA	DEMANDA	PÁGINA DA EDIÇÃO
SAÚDE	SS1127	91
OBRAS	SO0257	53
EDUCAÇÃO	ED0178	12

2.1. JUSTIFICATIVA SE NEGATIVO: Não se aplica

2.2. A contratação está prevista nas seguintes leis orçamentárias:

2.2.1. PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;

2.2.2. LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;

2.2.3. LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024;



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

2.2. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
89 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.46 .00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01. 00.00.1.500.1001
102 - 03.002.12.361.1240.6020.3.3.90.46 .00	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%	00102/00102.02.01. 00.00.1.540.0000
116 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.46 .00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01. 00.00.1.500.1001

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
205 - 06.001.15.122.0419.5038.3.3.90.46 .00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO	00000/00000.01.07. 00.00.1.500.0000

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
340 - 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.46 .00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002
357 - 11.002.10.301.1018.6071.3.3.90.46 .00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE AT. BÁSICA - FEDERAL	00494/00494.09.02. 06.20.1.600.0000
389 - 11.004.10.304.1023.6074.3.3.90.46 .00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE VIG. SANITÁRIA. - FEDERAL	00494/00494.09.02. 06.20.1.600.0000

2.3. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Em conformidade com as normas constantes dos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a presente contratação enquadra-se em:

Criação ação de governo ☐ Sim ☒ Não

Expansão ação de governo ☐ Sim ☒ Não

Aperfeiçoamento ação de governo ☐ Sim ☒ Não



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº 3.537/2023):

3.1. DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de auxílio-alimentação, por meio de cartão eletrônico/magnético com chip de segurança e senha individual, e aplicativo para iOS e smartphone para pagamento via QR CODE, para recarga mensal, destinado à aquisição de gêneros alimentícios para os servidores Celetistas da Prefeitura Municipal de Bandeirantes/Pr.

3.2. DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

3.2.1 O presente objeto não foi adquirido nos últimos exercícios, não constando em nossos arquivos licitação anterior. ☒ Sim ☐ Não

3.2.2. O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo, sem nenhuma observação pontual sobre a execução do contrato, servindo o quantitativo e o valor da contratação de subsídio para o presente estudo. ☒ Sim ☐ Não

3.2.3. O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo: 23/2020, constando observações pontuais e recomendações como forma de subsídio para o presente estudo. ☐ Sim ☒ Não

3.3. NATUREZA DO SERVIÇO: Serviço de Terceiros: A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, se enquadra como serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:

3.4.1. Os referidos serviços devem ser realizados por meio de cartão magnético, com chip de segurança e senha individual, assim como aplicativo de Smartphone para pagamento via **QRCode** destinado à aquisição de gêneros alimentícios para os servidores da Prefeitura Municipal de Bandeirantes/PR.

3.4.2. A contratada deverá apresentar documentos que comprovem as qualificações jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e financeira que serão explicitados no Termo de Referência e no respectivo Edital, dentre estes se destaca quanto aos critérios de qualificação técnica-operacional a serem atendidos pela LICITANTE serão os seguintes:

3.4.2.1. A LICITANTE deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens ou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, mediante a apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por conselhos profissionais competentes, quando aplicável. Para fins de comprovação, os atestados apresentados deverão contemplar os seguintes requisitos mínimos: a) Contratos relacionados à prestação de serviços de gerenciamento, administração, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de tecnologia similar para recargas de créditos eletrônicos, com operacionalização mínima de 20 (vinte) cartões, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do total de servidores municipais estimados.

b) A realização de serviços de administração, implementação, gerenciamento de cartões eletrônicos/magnéticos para benefício de auxílio alimentação pelo período mínimo de 03 (três) meses, equivalente a 25% (vinte cinco) do total do período a ser contratado.

c) Para fins de comprovação do quantitativo mínimo, será permitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados cujas execuções tenham ocorrido de forma concomitante.

d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser emitidos em nome da matriz ou filial da LICITANTE.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

e) A LICITANTE deverá fornecer todas as informações necessárias para comprovar a legitimidade dos atestados, incluindo, quando solicitado, cópias dos contratos que embasaram as contratações, endereços das contratantes e locais de execução dos serviços, além de outros documentos pertinentes.

3.5. AMOSTRA: Não se aplica, considerando que não está presente uma das condições do art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021.

3.6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Considerando a natureza da contratação e a predominância dos serviços oferecidos por meio de plataformas digitais, esta abordagem não gera impactos ambientais negativos, alinhando-se, assim, às normas de sustentabilidade vigentes. Em caso de surgimento de situações imprevistas, devem ser seguidas as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como no Decreto Municipal nº 3.537/2023, de 9 de maio de 2023.

3.7. GARANTIA DA EXECUÇÃO: Não será exigida garantia contratual para a execução dos serviços. No entanto, a ausência de garantia não exime a fornecedor de sua responsabilidade pela perfeita execução do contrato. O inadimplemento de qualquer obrigação contratual poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, incluindo a retenção de pagamentos.

3.8. MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: A credenciada deverá atender aos chamados da contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem requisitados e atendendo prontamente a quaisquer reclamações

3.9. NECESSIDADE OU NÃO DE VISTORIA DOS LICITANTES AO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Não se aplica.

3.10. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S:

- ☐ Contratação com itens exclusivos para os beneficiados (art. 48, I da LC 123/06);
- ☐ Reserva em objeto divisível de cota de até 25% para os beneficiários (art. 48, III da LC 123/06);
- ☐ Prioridade de contratação para as privilegiadas sediadas locais ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (art. 48, § 3º, LC 123/06);
- ☐ Possibilidade de subcontratação das privilegiadas nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços (art. 48, I da LC 123/06).

3.10.1. JUSTIFICATIVA: Não se aplica. Em virtude do valor estimado da contratação superar o limite de R\$ 80.000,00 estabelecido no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, para licitações exclusivas a microempresas e empresas de pequeno porte, e considerando a inexistência, na localidade, de, no mínimo, três fornecedores competitivos, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, com sede local ou regional, capazes de atender às exigências do instrumento convocatório, os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 3.443/2022 não se aplicariam ao presente caso.

3.11. DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS: Se aplicará a presente contratação a possibilidade de participação de cooperativas desde que estas declarem que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

3.12. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS: Não será permitida a participação de empresas de forma consorciada, considerando a natureza comum do objeto, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada. Essa medida visa evitar a formação de oligopólios ou monopólios, fomentar a competição saudável, promover a transparência e responsabilização, além de reduzir potenciais conflitos de interesse. Dessa forma, busca-se garantir uma licitação competitiva, eficiente e em conformidade com os princípios fundamentais da Administração Pública.

3.13. DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, sem a competente, expressa e formal anuência da CONTRATANTE.

3.14. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

3.14.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: previsão para julho de 2025.

3.14.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: julho /2025.

3.14.3. Data início da execução: a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

3.14.4. Prazo de vigência: O prazo de vigência inicial do contrato é de 1 (um) ano, equivalente a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, disponível em [<https://www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico>]. O contrato poderá ser prorrogado, nos termos dos artigos 405 e 406 do Decreto nº 3.537/2023, desde que sua prorrogação seja considerada vantajosa para a administração municipal.

O contrato nº 110/2020 se encontrava em seu Oitavo Termo Aditivo, sendo que quatro deles se referem à prorrogação da vigência. Em função disso, este estudo conclui que a duração inicial do contrato deverá ser de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com previsão de prorrogação por até 10 (dez) anos, em virtude de sua natureza contínua, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

A continuidade dos serviços é essencial para a administração, representando um suporte viável, econômico e eficaz. Além disso, contribui diretamente para o bom funcionamento das atividades da Prefeitura Municipal de Bandeirantes/PR. A interrupção desses serviços poderia comprometer a qualidade do atendimento à sociedade.

3.14.5. Durante a vigência do contrato, as CREDENCIADAS ficarão obrigados a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação dos CONTRATADOS.

3.15. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS

3.15.1. A CREDENCIADA, em decorrência da execução do contrato, poderá ter acesso a dados, materiais, documentos e informações sigilosas. Nesses casos, a CREDENCIADA compromete-se a manter absoluto sigilo sobre tais informações e a instruir seus colaboradores a fazerem o mesmo, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas internas da CONTRATANTE aplicáveis à proteção de dados.

3.15.2. Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CREDENCIADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais com acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade fornecidos pela CONTRATANTE.

3.15.3. As PARTES devem cumprir rigorosamente a LGPD, responsabilizando-se por qualquer violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que realizarem, seja diretamente ou por meio de terceiros.

3.15.4. Para os fins da LGPD, a CONTRATANTE atuará como Controladora dos dados pessoais, e a CREDENCIADA atuará como Operadora, no tratamento de dados pessoais para a execução deste Contrato.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

3.15.5. A CREDENCIADA deverá seguir rigorosamente as instruções e os limites estabelecidos pela CONTRATANTE para o tratamento de dados pessoais e informações sigilosas, bem como os requisitos e vedações estabelecidos pela LGPD e pela Lei de Acesso à Informação.

3.15.6. O tratamento de dados pessoais e informações sigilosas realizado pela CREDENCIADA em nome da CONTRATANTE deverá observar finalidades legítimas, explícitas e específicas, estritamente relacionadas à execução do objeto contratado.

3.15.7. A CREDENCIADA somente poderá compartilhar, conceder acesso ou realizar qualquer outro tratamento de dados pessoais e informações sigilosas para as finalidades estritamente necessárias à execução deste Contrato. Em caso de cumprimento de ordem judicial ou administrativa, a CONTRATANTE deverá ser informada sobre o compartilhamento dos dados pessoais em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem pela CREDENCIADA.

3.15.8. A CREDENCIADA é integralmente responsável por qualquer uso indevido de dados pessoais e informações sigilosas por seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço.

3.17. MAPA DE RISCO: Análise dos riscos da contratação segue em anexo.

III - Prospecção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):

1. Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):

A Lei Complementar nº 173/2022, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.525/2025, assegura o pagamento de auxílio-alimentação, de natureza indenizatória, no valor mensal de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) aos servidores públicos ativos do município, incluindo os servidores temporários e os Conselheiros Tutelares.

Conforme memorando emitido pelo Departamento de Recursos Humanos de 07 de maio de 2025, o município conta atualmente com 66 (sessenta e seis) servidores celetistas em atividade. Para fins de planejamento, foram acrescidos ao presente processo mais 14 (quatorze) servidores, considerando a possibilidade de futuras contratações. Segue abaixo a divisão atual entre as secretarias, podendo haver variações de acordo com as necessidades posteriores.

SECRETARIA	Nº SERVIDORES/ EMPREGADOS
SAÚDE	05
EDUCAÇÃO	25
OBRAS	36
ESTIMATIVA FUTURA	14
TOTAL	80

O auxílio-alimentação é um benefício essencial que contribui para a alimentação e bem-estar dos servidores, sem impacto na folha de pagamento do município e sem incidência de tributos e contribuições previdenciárias para os beneficiários.

O benefício era pago através do Contrato nº 110/2020 – Pregão 10/2020-PMB, firmado entre o município e a Face Card Administradora de Cartões Ltda (CNPJ 21.935.659/0001-00). No entanto, este contrato, se encerrou em 15/04/2025, não podendo mais ser prorrogado devido a restrições legais.

O Pregão nº 10/2020-PMB, que resultou no contrato nº 110/2020, proporcionou economias significativas ao município devido às condições vantajosas negociadas com a Face Card.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

As altas taxas de desconto obtidas evidenciam a competitividade do processo licitatório e o compromisso da administração municipal em buscar as melhores condições para o município, veja-mos:

Mês/Ano	Quantidade Beneficiários	Valor Mensal por Empregado	Valor mensal estimado (a)	Taxa Administração (b)	Economia mensal cofres municipais (c) = (a) * (b)
01/2024	1014	R\$510,00	R\$517.140,00	-10,16%	R\$52.541,42
02/2024	949	R\$510,00	R\$483.990,00	-10,16%	R\$49.173,38
03/2024	996	R\$510,00	R\$507.960,00	-10,16%	R\$51.608,74
04/2024	1011	R\$600,00	R\$606.600,00	-10,16%	R\$61.630,56
05/2024	1004	R\$600,00	R\$602.400,00	-10,16%	R\$61.203,84
06/2024	1008	R\$600,00	R\$604.800,00	-10,16%	R\$61.447,68
07/2024	920	R\$600,00	R\$552.000,00	-10,16%	R\$56.083,20
08/2024	1059	R\$600,00	R\$635.400,00	-10,16%	R\$64.556,64
09/2024	1052	R\$600,00	R\$631.200,00	-10,16%	R\$64.129,92
				TOTAL	R\$ 522.375,38

Em conformidade com o Edital de Pregão nº 10/2020-PMB, que deu origem ao contrato nº 110/2020, foi estabelecida a exigência de uma ampla rede credenciada. Essa rede deveria incluir, no mínimo, 3 (três) estabelecimentos em Bandeirantes-PR, além de unidades em Cornélio Procopio-PR, Londrina-PR e Curitiba-PR. Essa abrangência garante maior flexibilidade aos servidores, permitindo que utilizem o vale-alimentação tanto em sua cidade quanto em viagens ou em outros municípios.

A título exemplificativo, o relatório abaixo demonstra como estava composto a rede de estabelecimentos credenciados pela fornecedora Face Card Administradora de Cartões Ltda (CNPJ 21.935.659/0001-00), evidenciando o cumprimento do requisito de abrangência regional e a diversidade de opções para os servidores:

	REDE CREDENCIADA	LOCAL
1	UEDA SUPERMERCADOS 2	BANDEIRANTES - PR
2	TONINHO SUPERMERCADO	BANDEIRANTES - PR
3	UEDA SUPERMERCADOS 1	BANDEIRANTES - PR
4	MERCADO STOK LAR	BANDEIRANTES - PR
5	RESTAURANTE TARTATAN	BANDEIRANTES - PR
6	SUPERMERCADO UNIÃO	BANDEIRANTES - PR
7	MERCADO SUPER BOM	BANDEIRANTES - PR
8	AÇOUGUE SÃO FRANCISCO	BANDEIRANTES - PR
9	RESTAURANTE CARLOS SALGADO	BANDEIRANTES - PR
10	RESTAURANTE KOJO	BANDEIRANTES - PR
11	VERDE SUPERMERCADOS	BANDEIRANTES - PR
12	PANIFICADORA E CONFEI SHEIKI	BANDEIRANTES - PR
13	MOLINIS SUPERMERCADOS 3	BANDEIRANTES - PR
14	SACOLÃO UEDA	BANDEIRANTES - PR
15	MERCEARIA UNIAO - BAND	BANDEIRANTES - PR
16	VALE SUPERMERCADO	BANDEIRANTES - PR
17	BAR E MERCEARIA PEDROZO	BANDEIRANTES - PR
18	CIDADE CANÇÃO BANDEIRANTE	BANDEIRANTES - PR
19	MIOTTO SUPERMERCADO	BANDEIRANTES - PR
20	MERCADO SANTANA	BANDEIRANTES - PR
21	ARMARINHOS MILENIUM	BANDEIRANTES - PR
22	MERCADO E PADARIA DA VOVO	BANDEIRANTES - PR



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

23	BAND PAO PANIFIC E MERCEARIA	BANDEIRANTES - PR
24	SUPERMERCADO FRAMA	BANDEIRANTES - PR
25	MERCADO DO SERGINHO	BANDEIRANTES - PR
26	MERCADINHO SÃO MIGUEL ARC	BANDEIRANTES - PR
27	TONINHO SUPERMERCADOS	ITAMBARACA - PR
28	SUPERSL SUPERMERCADO	SANTA MARIANA - PR
29	SACOLÃO AVENIDA	ANDIRA - PR
30	SUPERMERCADO PONTO CERTO	ABATIA - PR
31	CIDADE CANÇÃO CORNELIO 1	CORNELIO PROCOPIO - PR
32	MOLINIS SUPERMERCADOS 1	CORNELIO PROCOPIO - PR
33	CIDADE CANÇÃO CORNÉLIO PROCÓPIO	CORNELIO PROCOPIO - PR
34	MERCADO BEM BOM	CURITIBA - PR
35	BRASILEIRÍSSIMO	CURITIBA - PR
36	SUPERMERCADO AGRICER 1	CURITIBA - PR
37	SUPERMERCADO FALCAO 06	CURITIBA - PR
38	SUPERMERCADO PIRAQUARA	CURITIBA - PR
39	SUPERMERCADO PIRAQUARA	CURITIBA - PR
40	SUPERMERCADO OURO BRANCO	CURITIBA - PR
41	MERCADO ESPERANÇA	CURITIBA - PR
42	GOUVEIA AUTÔNOMOS	CURITIBA - PR
43	DON ANDREATA HAMBURGUE	CURITIBA - PR
44	SUPERMERCADO AGRICER 2	CURITIBA - PR
45	SUPERMERCADO AGRICER 10	CURITIBA - PR
46	SUPERMERCADO AGRICER 12	CURITIBA - PR
47	SUPERMERCADO AGRICER 3	CURITIBA - PR
48	SUPERMERCADO AGRICER 4	CURITIBA - PR
49	SUPERMERCADO AGRICER 6	CURITIBA - PR
50	SUPERMERCADO AGRICER 8	CURITIBA - PR
51	SUPERMERCADO ANGELONI L20	CURITIBA - PR
52	SUPERMERCADO ANGELONI L24	CURITIBA - PR
53	SUPERMERCADO ANGELONI L37	CURITIBA - PR
54	SUPER MINI PREÇO CURITIBA	CURITIBA - PR
55	SUPERMERCADO MINI PREÇO CARUJU	CURITIBA - PR
56	MERCADO OURO BRANCO 07	CURITIBA - PR
57	STOCK ATACADISTA 32	LONDRINA - PR
58	CIDADE CANÇÃO LONDRINA 1	LONDRINA - PR
59	CIDADE CANÇÃO LONDRINA 2	LONDRINA - PR
60	ALMEIDA SUPERMERCADO 4	LONDRINA - PR
61	CIDADE CANÇÃO LONDRINA	LONDRINA - PR
62	STOCK ATACADISTA 9	LONDRINA - PR
63	MINI MERCADO MM	LONDRINA - PR
64	SUPERMERCADO ANGELONI L 27	LONDRINA - PR

Fonte: App Facecard

Pesquisa realizada em outros órgãos públicos revelou que a prática de fornecer auxílio-alimentação por meio de cartões não é a modalidade mais adotada. Algumas instituições optam por pagamentos em dinheiro ou pela inclusão do valor diretamente na remuneração dos servidores, como o Município de Londrina, que, conforme a Lei Municipal nº 7349/1998, estabelece o pagamento do auxílio-alimentação em folha de pagamento.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Apesar de não ser a única alternativa, o uso de cartões de auxílio-alimentação, como o praticado em Bandeirantes, apresenta vantagens consideráveis. Ao contrário do pagamento em espécie, que é mais suscetível a fraudes e dificulta o controle dos gastos, e da inclusão do benefício na remuneração, que pode elevar a carga tributária e aumentar a burocracia, os cartões garantem a destinação dos recursos exclusivamente para a aquisição de alimentos, proporcionando maior controle e transparência sobre o uso desses valores.

A implementação de sistemas de benefícios por meio de cartões em municípios como Foz do Iguaçu e Santa Helena, no Paraná, evidenciou o potencial de modernização da gestão pública impulsionada pela integração de tecnologias inovadoras, mediante análise do mercado de empresas especializadas em auxílio-alimentação e refeição se observa uma tendência crescente para a adoção de soluções tecnológicas avançadas. Além da emissão de cartões, essas ferramentas incluem funcionalidades como pagamento via QR Code, proporcionando maior conveniência aos beneficiários e otimizando a administração dos benefícios.

O mercado de gestão de benefícios corporativos mostra-se dinâmico e altamente competitivo, com empresas empenhadas em oferecer soluções cada vez mais personalizadas e inovadoras. A principal tendência é a integração de plataformas digitais capazes de realizar a gestão completa dos benefícios, desde a emissão dos cartões até a geração de relatórios e análises detalhadas. Segundo informações da Associação Brasileira de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), existem 21 empresas associadas, todas qualificadas para oferecer soluções eficientes para a gestão de vale-alimentação.

Nesse contexto, a nova contratação deverá priorizar soluções tecnológicas flexíveis e adaptáveis, capazes de atender às demandas do serviço de auxílio-alimentação e de se adequar às constantes mudanças legislativas. Com o objetivo de verificar a adequação do Contrato nº 110/2020 (Pregão 10/2020-PMB) à legislação vigente, foi realizado igualmente um estudo detalhado da legislação aplicável, considerando o quadro de servidores atual da administração municipal.

Conforme o memorando incluso, a administração municipal possui atualmente 66 (sessenta e seis) empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essa informação é crucial para a correta aplicação da legislação pertinente ao auxílio-alimentação.

A Lei Federal nº 14.442/22 estabelece diretrizes claras para o pagamento de auxílio-alimentação, assegurando os direitos dos trabalhadores e promovendo a saúde e segurança alimentar. Os incisos I e III do artigo 3º proíbem aos empregadores exigir descontos, deságios ou benefícios adicionais das empresas fornecedoras de auxílio-alimentação, garantindo que os recursos destinados ao benefício sejam utilizados exclusivamente para a aquisição de alimentos. O descumprimento dessas disposições pode resultar em sanções administrativas e trabalhistas.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), ao analisar a matéria por meio do Prejulgado 34, firmou o entendimento de que o disposto na Lei nº 14.442/22 se aplica exclusivamente às entidades da administração pública com quadro de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vejamos:

PROCESSO Nº: -89789/23 ASSUNTO: -PREJULGADO ENTIDADE: -TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ INTERESSADO: -TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ RELATOR: -CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES ACÓRDÃO Nº 1053/24 - TRIBUNAL PLENO Prejulgado. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de benefício de auxílio-alimentação, por meio de cartões ou instrumentos congêneres. Art. 3º da Lei nº 14.442/22. Discussão acerca da aplicabilidade à Administração Pública. Proibição ao empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da exigência ou recebimento de qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

contratado ou de benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do empregado. Órgãos e entidades da Administração Pública cujo quadro de pessoal seja formado por empregados públicos, submetidos ao regime celetista, estão sujeitos à referida proibição. Vedação, nesses casos, da aceitação de taxas de administração negativas em licitações para este objeto. Quanto aos demais entes da Administração Pública, admite-se a taxa de administração negativa nas respectivas licitações, em acolhimento ao opinativo do Ministério Público de Contas.

A concessão de auxílio-alimentação ou benefícios similares não se aplica, em princípio, quando a administração pública é composta exclusivamente por servidores estatutários. No presente caso, há uma dualidade de regimes: servidores efetivos, admitidos por concurso público sob o regime estatutário, e empregados contratados por processo seletivo simplificado, submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR), ao tratar do tema no PROCESSO Nº: 508390/24 (Medida Cautelar envolvendo o Município de Santa Helena/PR), decidiu que o referido município deve se abster de permitir a oferta de taxa de administração negativa. Tal decisão está fundamentada na vedação expressa da nova Lei nº 14.442/2022 e no entendimento fixado no Prejulgado nº 34, considerando que o Município possui funcionários celetistas que fazem jus ao benefício.

As tabelas a seguir ilustram a diferença entre o modelo de contratação anterior e o cenário futuro hipotético de um único processo com taxa de 0%, tomando como referência o número de servidores ativos em janeiro de 2025:

CONTRATAÇÃO ENCERRADA

TABELA DA PESQUISA DE MERCADO – PREÇO ESTIMADO				
ITEM UNICO	Quantidade Máxima de Beneficiários-estimado em janeiro		Valor Mensal por Empregado	
	1024		R\$600,00	
	Valor mensal estimado R\$614.400,00			
DESCRIÇÃO: GERENCIA- MENTO DE VALE ALI- MENTAÇÃO	Valor Total Anual (A)	Percentual de Incidência (Taxa Ad- ministração Aplicada Atualmente) (B)	Valor Anual Estimado do Benefício (C) = (B) * (A)	Valores Totais Anuais Estimados (D) = (A) + (C)
VALOR GLOBAL:	R\$7.372.800,00	-10,16%	R\$ 749.076,48	R\$6.623.723,52
	VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO: R\$6.623.723,52			

TAXA 0% CONSIDERANDO O MESMO PERÍODO

TABELA DA PESQUISA DE MERCADO – PREÇO ESTIMADO				
ITEM UNICO	Quantidade de Beneficiários (janeiro)		Valor Mensal por Empregado	
	1024		R\$600,00	
	Valor mensal estimado R\$737.280,00			
DESCRIÇÃO: GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO	Valor Total Anual (A)	Percentual de Incidência (Taxa Administração Aplicada Atualmente) (B)	Valor Anual Estimado do Benefício (C) = (B) * (A)	Valores Totais Anuais Estimados (D) = (A) + (C)



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

VALOR GLOBAL:	R\$7.372.800,00	0%	R\$7.372.800,00	R\$7.372.800,00
VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO, DESCONSIDERANDO A ESTIMATIVA DE NOVAS CONTRATAÇÕES E CONSIDERANDO A HIPÓTESE DE REALIZAÇÃO DE UM ÚNICO PROCESSO: R\$ R\$7.372.800,00				

Denota-se que no cenário hipotético, aplicando taxa zero haveria um aumento das despesas públicas em importe de R\$ 749.076,48 (setecentos e quarenta e nove mil setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), para um período de 12 (doze) meses.

Considerando os regimes de contratação vigentes no município – celetista (CLT) e estatutário –foi encaminhada demanda nº 349235 ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) para obter esclarecimentos sobre a viabilidade de realizar processos licitatórios distintos, em virtude da impossibilidade de desconto pelas contratadas em relação aos servidores celetistas.

Após o parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) para a realização de duas licitações, uma reunião administrativa municipal, liderada pelo Prefeito Sr. Jaelson Ramalho Matta, deliberou pela abertura de dois processos licitatórios distintos. Essa medida visa separar os regimes de contratação e, assim, reduzir o impacto financeiro nas despesas orçamentárias do município de Bandeirantes. Essa decisão considerou o potencial impacto significativo nas contas públicas municipais caso a contratação de todos os servidores fosse realizada sob uma única licitação com taxa zero.

Neste contexto atentando-se para o valor unitário atual do auxílio-alimentação em R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) e a estimativa de 80 funcionários do celetistas no quadro de servidores, a contratação deverá ocorrer pelo valor estimado de **R\$ 691.200,00 (seiscentos e noventa e um mil e duzentos reais), com taxa administrativa 0%, para um período de 12 (doze) meses.**

É fundamental destacar que o cálculo atual não contempla a correção anual do auxílio-alimentação, tradicionalmente reajustado pelo IPCA-E (referente aos próximos anos), conforme legislação vigente. A ausência dessa atualização no cálculo implica que o valor total do contrato poderá ser superior ao inicialmente estimado, impactando as despesas públicas, sendo importante acompanhar a constante da evolução do quadro de pessoal e do IPCA-E. Essa prática permitirá atualizar as projeções de custos com maior precisão e avaliar a necessidade de ajustes no valor do auxílio-alimentação nos próximos anos, garantindo a sua adequação e sustentabilidade financeira.

Superado os apontamentos acima, a análise dos dados revela que a proibição de descontos ou deságios nas taxas de administração de benefícios como vale-alimentação e vale-refeição, estabelecida pela MP 1.108/2022 e consolidada pela Lei 14.442/2022, trouxe mudanças significativas ao mercado e às formas de contratação. Com a eliminação desse mecanismo de concorrência, tornou-se comum o surgimento de propostas com "taxa zero" em licitações, o que gera um impasse: como selecionar um fornecedor quando todas as propostas apresentam condições semelhantes?

Consultando o portal do PNCP, constatou-se que diversos municípios do Paraná têm adotado o credenciamento em situações semelhantes à descrita neste estudo. Exemplos incluem:

Edital de Chamamento Público nº 4/2024

Local: Cândói/PR

Unidade Compradora: 985499 - Prefeitura Municipal de Cândói



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Modalidade: Credenciamento
Amparo Legal: Lei 14.133/2021, Art. 79, II
ID Contratação PNCP: 95684478000194-1-000069/2024

Edital de Chamamento Público nº CRE 23/2024
Local: Palmas/PR
Unidade Compradora: 987733 - Município de Palmas
Modalidade: Credenciamento
Amparo Legal: Lei 14.133/2021, Art. 79, II
ID Contratação PNCP: 76161181000108-1-000013/2024

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem se mostrado favorável à adoção do credenciamento para a contratação de empresas fornecedoras de vale-alimentação, reconhecendo essa modalidade como uma solução viável para superar a dificuldade de selecionar um único fornecedor em casos de empate entre propostas.

A Lei nº 14.133/2021, que estabelece o novo regime de licitações e contratos administrativos, oferece amparo legal para a realização de credenciamento, conforme disposto nos artigos 74 e 79. Esses dispositivos detalham os procedimentos a serem seguidos, como a publicação do edital de credenciamento, a análise da documentação das empresas interessadas e a divulgação da lista das empresas credenciadas.

O artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação é inexigível quando a competição se torna inviável, especialmente nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento. O artigo 79 da Lei nº 14.133/2021 define as hipóteses em que o credenciamento pode ser utilizado, incluindo:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

- I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
- III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

A possibilidade de seleção pelo beneficiário direto, no caso do auxílio-alimentação, encontra respaldo nos princípios da eficiência, da economicidade e da satisfação do usuário, que regem a administração pública em todos os níveis, inclusive no município de Bandeirantes. Essa escolha, além de aumentar a satisfação dos servidores, pode estimular a competição entre as empresas credenciadas, incentivando-as a oferecer serviços de melhor qualidade e preços mais competitivos, o que beneficia a administração pública.

Com intuito de melhor atender os interesses da administração municipal, deverão ser atentados as ponderações do TC 016.816/2022-6 do Tribunal de Contas da União.

A contratação da solução de auxílio-alimentação por meio de credenciamento, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, mostra-se tecnicamente possível e adequada à realidade



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

do município de Bandeirantes para os servidores celetistas. Trata-se de um modelo de contratação praticado por diversos órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal, o que demonstra a viabilidade da contratação pretendida.

A necessidade de contratação de empresa especializada em administração de cartões tipo auxílio-alimentação/refeição é evidente, e o chamamento público para credenciamento de empresas do ramo se mostra a melhor forma de fazê-lo.

Considerando que as quantidades de benefícios são estimadas e poderão sofrer alterações dependendo da demanda, a contratada não se vinculará a executar o valor global estimado, uma vez que, ao longo da execução do contrato, o número de beneficiários poderá variar.

O credenciamento, amparado pela Lei nº 14.133/2021, é uma ferramenta eficaz para a contratação de empresas fornecedoras de auxílio-alimentação no município de Bandeirantes. Essa modalidade, além de atender às necessidades dos servidores celetistas, promove a eficiência, a economicidade e a satisfação do usuário, princípios basilares da administração pública.

2. Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):

2.1. Considerando o valor unitário do auxílio-alimentação, atualmente fixado em R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) e a estimativa de 80 (oitenta) colaboradores celetistas no quadro de pessoal do município para os próximos meses, considerando a possibilidade de contratações ao longo do ano, estimamos que o valor total da contratação será de R\$ 691.200,00 (seiscentos e noventa e um mil e duzentos reais).

2.2. Para estimar o valor total da contratação, multiplicamos o valor unitário do auxílio-alimentação (R\$ 720,00) pelo número de colaboradores (80) e pelo número de meses de vigência do contrato (12 meses), aplicando-se a taxa de administração de 0% sobre o valor dos auxílios (recarga) que foi definida com o objetivo de otimizar os recursos públicos e garantir o melhor custo-benefício para a administração municipal.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	TAXA ADM.	VALOR ANUAL
01	UND	Até mensal 80	Prestação de serviços de fornecimento, administração e gerenciamento de auxílio-alimentação para os servidores públicos municipais de Bandeirantes: em cartões eletrônicos com chip, tarja magnética e/ou eletrônico, para aquisição de gêneros alimentícios, em estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, supermercados de porte municipal e/ou regional, além de estabelecimentos como: armazém, mercearia, minimercado, açougue, peixaria, hortifrutigranjeiros, atacarejos e comércio de laticínios e/ou frios), nas localidades em que existam ou venham a existir empregados e ou servidores a disposição do município, por meio de abastecimento em créditos mensais, sendo estes cumulativos, para 12 (doze) meses	R\$720,00	0%	R\$691.200,00
VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO R\$691.200,00 (seiscentos e noventa e um mil e duzentos reais)						



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

2.2.1. Parâmetros utilizados (documentos em anexo):

- ☒ Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- ☒ Painel de Preços do Governo Federal;
- ☐ Banco de Preços em Saúde;
- ☒ Contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive mediante sistema de registro de preços;
- ☐ Dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal; (Ex. Tabela Fipe, CMED, tabelas oficiais.)
- ☐ Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- ☒ Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail;
- ☐ Pesquisa através de notas fiscais eletrônicas emitidas em características similares;
- ☒ Outros: **MP 1.108/2022 e Lei 14.442/2022**

3. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):

Com base nas considerações levantadas no estudo de mercado, optou-se pelo credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento, administração e manutenção de cartões eletrônicos/magnéticos destinados aos benefícios de alimentação apenas para os servidores celetistas.

O levantamento do quadro de funcionários revelou a presença de 66 (sessenta e seis) trabalhadores celetistas no Poder Executivo atuando e a possibilidade de contratação de mais 14 (quatorze), que, em virtude da Lei Municipal nº 173/2022, têm direito ao auxílio-alimentação. Essa situação está sujeita às disposições da Lei Federal nº 14.442/22, que determina a aplicação de taxa 0%.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 74, inciso IV, permite a contratação direta de serviços por meio de credenciamento quando a competição é inviável. Essa modalidade, em conjunto com a Lei Federal nº 14.442/22, que exige taxa 0% para o auxílio-alimentação, apresenta-se como a opção mais adequada para atender às necessidades dos servidores.

O município pretende realizar a contratação simultânea de mais de uma empresa para a execução do objeto, sem prejuízo da economia de escala, visto que as empresas contratadas não receberão valores pelos serviços prestados, limitando-se ao repasse do benefício aos servidores por meio de crédito em cartão. Nessas condições, as empresas credenciadas serão remuneradas pelas suas redes de estabelecimentos, que lhes pagam uma taxa para poderem receber pagamentos via cartões de alimentação.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

A execução simultânea é viável e vantajosa, pois o modelo de contratação permite que a escolha da empresa fique a cargo do beneficiário, sem comprometer o controle individualizado de cada contratado.

O município de Bandeirantes já concedeu o benefício por meio da contratação de empresa(s) especializada(s) na intermediação e gestão do repasse de Vale-Alimentação em cartões eletrônicos/magnéticos com chip. Essa operação permite que os servidores realizem compras de alimentos "in natura" em uma ampla rede de estabelecimentos credenciados no município.

Destaca-se que a disponibilização do benefício por meio de cartão eletrônico/magnético com chip é uma solução consolidada e amplamente aceita pelo mercado, garantindo sua integração com a rede de estabelecimentos credenciados.

A concessão do benefício via cartão de alimentação assegura que os valores sejam utilizados exclusivamente para fins nutricionais, contando com uma rede de credenciamento apta a atender os beneficiários.

Diante das soluções identificadas na pesquisa de mercado, a distribuição do benefício por meio de cartão eletrônico/magnético com chip é considerada a alternativa mais eficiente para a administração. Isso garante que o servidor receba o benefício de forma prática e também tenha acesso a outros serviços oferecidos pelas empresas credenciadas. Além disso, a contratante contará com um sistema de autoatendimento que permite o gerenciamento eficiente do benefício, facilitando a extração de informações e evitando a necessidade de interação frequente com o prestador de serviços.

Essa funcionalidade possibilita a resolução ágil de diversas questões, otimizando a gestão do benefício e aumentando a eficiência operacional dos servidores. Dessa forma, a solução escolhida se mostra a mais adequada e eficiente para atender às necessidades e à realidade do município de Bandeirantes/PR.

3.1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO:

☐ A Solicitação de Demanda não indicou e esta equipe não localizou nos estudos, nenhum normativo específico referente ao objeto estudado.

☒ Foram localizados normativos acerca do objeto estudado, e estes estão sendo considerados no presente estudo:

3.4.1. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

3.4.2. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

3.4.3. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3.4.4. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

3.4.5. Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

3.4.6. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

3.4.7. Lei Federal nº 14.442/22 - Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.4.8. Lei Complementar nº 173/2022 – de 07 de novembro de 2022.

3.4.9. Lei Complementar nº 174/2022 – de 07 de novembro de 2022.

3.4.10. Portaria MTP nº 672 DE 08/11/2021

3.4.11. Lei nº 4.419/2024 de 26 de março de 2024

3.4.12. PPA - Lei nº 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

- 3.4.13. LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;
3.4.14. LOA – Lei n.º 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024;
3.4.15. Prejulgado 34 TCEPR.

IV - Detalhamento da Solução Escolhida

1. Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, VII do Decreto nº3.537/2023):

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

- 1.1. A contratação será por meio de credenciamento e as regras e os requisitos para o credenciamento estarão disponíveis no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento.
- 1.2. Poderão requerer credenciamento pessoas jurídicas que possuam, em seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o código e descrição de atividade econômica principal e/ou secundária pertinente ao objeto, que comprovem aptidão para os serviços apresentados e que apresentem a documentação exigida neste estudo técnico, bem como nos Termos de Referência e no edital.

PRAZOS PARA CREDENCIAMENTO

- 1.3. O prazo inicial para credenciamento é de **15 (quinze) dias** após a publicação do edital.
- 1.4. Enquanto estiver vigente o edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencham todas as condições ora exigidas.

FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO

- 1.5. O benefício será disponibilizado mediante credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento, administração e gerenciamento de auxílio-alimentação para os servidores públicos municipais de Bandeirantes, por meio de Cartão Eletrônico/Magnético com chip de segurança e senha individual, e aplicativo para IOS e smartphone para pagamento via QR Code, para recarga mensal, destinado à aquisição de gêneros alimentícios, em estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, supermercados de porte municipal e/ou regional, além de estabelecimentos como: armazém, mercearia, minimercado, açougue, peixaria, hortifrutigranjeiros, atacarejos e comércio de laticínios e/ou frios), nas localidades em que existam ou venham a existir empregados a disposição do município, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

- 1.6. A estimativa inicial será de 80 (oitenta) funcionários como potenciais beneficiários do auxílio-alimentação, esse número foi obtido por meio de um levantamento detalhado, considerando a possibilidade de novas admissões previstas para os próximos meses, oriundas do processo seletivo simplificado.
- 1.7. A quantidade de auxílios-alimentação e o número de beneficiários poderão ser ajustados mensalmente pela Contratante, para mais ou para menos, sem ônus adicional para a Administração, em resposta às necessidades valor do serviço e às variações do quadro de pessoal.
- 1.8. Com o objetivo de garantir o fornecimento adequado de auxílios-alimentação, a Contratante, por meio da Secretaria de Administração através do Departamento de Recursos Humanos, fornecerá mensalmente à Contratada um relatório atualizado contendo a quantidade precisa de beneficiários e o valor dos créditos a serem carregados em cada cartão.
- 1.9. Os pagamentos à Contratada serão efetuados com base na demanda efetiva de auxílios-alimentação para o período (mês) em questão. Ou seja, a Contratada receberá apenas pelos vales e créditos efetivamente utilizados pelos beneficiários, conforme as informações fornecidas no relatório mensal.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

CONDIÇÕES FINANCEIRAS

1.10. O preço da prestação de serviços deverá ser expresso por uma TAXA DE ADMINISTRAÇÃO indicada em percentual (0,00%), incidente sobre o valor total dos auxílios a serem fornecidos mensalmente. Os credenciados não poderão ofertar Taxa de Administração Negativa, ou seja, inferior a 0 (zero).

1.11. A taxa ofertada será fixa e irreajustável, não havendo possibilidade de atualização financeira por parte das partes, mesmo em caso de prorrogação do prazo contratual.

1.12. A credenciada será remunerada pela parcela total correspondente aos créditos consignados e dispensados para os beneficiários.

1.13. Não serão aceitas cobranças de tarifas, comissões ou taxas adicionais para a cobertura de serviços ou procedimentos relacionados à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando à, emissão ou reposição de cartões extraviados, furtados ou roubados, atendimento ao cliente, manutenção do sistema e emissão de relatórios.

1.14. Qualquer valor cobrado indevidamente deverá ser restituído ao beneficiário no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

1.15. É vedada a concessão de qualquer tipo de deságio, desconto, abatimento ou compensação sobre o valor contratado, bem como a imposição de penalidades não previstas neste contrato. Qualquer cláusula ou acordo que contrarie esta disposição será considerado nulo.

1.16. A credenciada será responsável pela gestão integral de todos os recursos necessários à execução dos serviços, incluindo pessoal, equipamentos e materiais, garantindo a qualidade e a conclusão dos serviços dentro dos prazos.

PROCESSO DE ESCOLHA E DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDAS

1.17. Todas as empresas que se credenciarem e forem escolhidas por ao menos um servidor ou empregado municipal em exercício serão contratadas pela CONTRATANTE, respeitando-se a liberdade de escolha individual dos beneficiários. A gestão e a intermediação dos repasses poderão ocorrer de forma paralela por múltiplas empresas, conforme a adesão dos servidores, nos termos do Art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021.

1.18. A seleção da empresa por parte dos servidores será realizada por meio de um procedimento interno coordenado pelo Departamento de Recursos Humanos, antes da formalização do contrato. A contratação da empresa escolhida será formalizada mediante assinatura de Termo de Adesão e contrato administrativo com a CONTRATANTE.

1.19. Após a habilitação no processo de credenciamento, as empresas terão o prazo de 3 (três) dias úteis para encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos seus portfólios digitais completos, em formato de site ou PDF interativo, com informações claras, acessíveis e que destaquem os diferenciais e benefícios oferecidos.

1.19.1. Os materiais recebidos serão divulgados no Portal do Município (<https://www.bandeirantes.pr.gov.br/>) pela equipe de comunicação da CONTRATANTE, garantindo isonomia e transparência no processo de escolha.

1.20. O número atualizado de servidores será divulgado 1 (um) dias antes para todas as credenciadas aptas a participar da distribuição de demanda.

1.21. As empresas credenciadas poderão adotar estratégias de divulgação legalmente permitidas para atrair novos beneficiários, desde que respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência.

1.22. Fica vedada a oferta de programas de recompensa que envolvam operações de "cashback", ou seja, qualquer mecanismo em que o consumidor receba de volta, em dinheiro, parte do valor pago por produtos ou serviços.

1.23. Os servidores e empregados municipais ativos terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para indicar, por meio de formulário digital ou sistema indicado pela CONTRATANTE, a empresa de sua preferência entre as credenciadas habilitadas.

1.24. Todas as empresas que receberem ao menos uma indicação formal de servidor ativo serão convocadas para assinatura do contrato com a CONTRATANTE, viabilizando o início da prestação do serviço à respectiva base de beneficiários.

1.25. Caso o servidor não manifeste sua escolha dentro do prazo estipulado, será automaticamente vinculado à empresa credenciada com o maior número de indicações entre os colegas do mesmo setor



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ou unidade administrativa. Persistindo o empate, será adotada a ordem alfabética das empresas credenciadas.

1.26. Os servidores admitidos após a primeira rodada de seleção terão o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do início de suas atividades, para manifestar sua escolha entre os fornecedores credenciados. O material de apoio será disponibilizado por e-mail institucional ou canal oficial da CONTRATANTE.

1.26.1. Caso não haja manifestação dentro do prazo, o novo servidor será vinculado à empresa mais escolhida no momento da sua admissão.

1.26.2. Sempre que houver necessidade de inclusão de novas demandas, poderão ser celebrados aditivos ou novos contratos com a empresa já contratada anteriormente, conforme as disposições legais aplicáveis.

1.27. Após a formalização da escolha dos servidores e a assinatura dos respectivos Termos de Adesão/Contrato, o Departamento de Recursos Humanos encaminhará às empresas credenciadas as informações necessárias para a emissão dos cartões ou instrumentos de gestão do benefício.

1.28. A execução do contrato terá início após a assinatura do instrumento contratual e a homologação do processo de credenciamento pela CONTRATANTE.

REGRAS DE MANUTENÇÃO E FIDELIZAÇÃO

1.29. A renovação da escolha dos fornecedores pelos beneficiários ocorrerá anualmente, em período definido pela CONTRATANTE, por meio de novo processo interno de manifestação de preferência entre as empresas credenciadas, conforme os procedimentos descritos nos itens 1.18 e seguintes deste Estudo Técnico Preliminar.

1.30. As empresas credenciadas serão notificadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis sobre o período de escolha anual, podendo atualizar ou rerepresentar seus portfólios digitais ao público beneficiário.

1.31. Após a conclusão do processo anual de escolha, as empresas que forem novamente selecionadas por um ou mais servidores serão formalmente comunicadas pela CONTRATANTE e terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para mobilização e, se necessário, assinatura de aditivo contratual, quando aplicável.

1.32. As empresas credenciadas que já estiverem contratadas e que permanecerem com ao menos um servidor ativo vinculado por escolha anterior continuarão recebendo a respectiva demanda, independentemente do número total de adesões, garantindo a continuidade do atendimento aos beneficiários.

1.33. Os beneficiários poderão alterar sua escolha de fornecedor entre as empresas credenciadas a cada período de renovação anual ou, excepcionalmente, após um prazo mínimo de permanência de 6 (seis) meses, mediante assinatura de novo Termo de Adesão.

ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS

1.34. A Contratada deverá disponibilizar serviços de atendimento telefônico ao cliente (SAC), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, destinado ao bloqueio e desbloqueio de cartões e consulta de saldo.

1.34.1. A credenciada deverá informar o número do telefone da central de atendimento em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

1.35. A Contratada deverá disponibilizar aplicativo mobile para smartphone compatível com os sistemas operacionais Android e IOS (todas as versões) e/ou site na internet, em que, por meio de acesso a ambiente seguro (login e senha), os beneficiários dos cartões possam ter acesso às seguintes funcionalidades: Consulta de saldo, extrato, consumo médio diário e próxima recarga; Bloqueio de cartões em caso de perda, roubo ou cartão danificado.

1.36. Caso não disponha dos serviços descritos no item 1.35, a contratada terá 30 (trinta) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato para providenciá-los.

ATENDIMENTO A CONTRATANTE

1.36. A credenciada deverá atender aos chamados da contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem requisitados e atendendo prontamente a quaisquer reclamações.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

1.37. A credenciada deverá designar, por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, prepostos que tenham poderes para resolver possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

REDE CREDENCIADA

Visando assegurar o acesso dos servidores a uma ampla gama de estabelecimentos para a utilização do auxílio-alimentação, a credenciada deverá manter uma rede credenciada com cobertura e características equivalentes às atualmente oferecidas, conforme as informações obtidas durante a Prospecção de Soluções (art. 15, §1º, incisos V e VI) e o Levantamento de Mercado (art. 15, §1º, inciso V, do Decreto nº 3.537/2023) do Estudo Técnico Preliminar.

1.38. A rede credenciada deverá abranger diversos tipos de estabelecimentos, como: supermercados de porte municipal e/ou regional, além de estabelecimentos como: mercados, armazém, mercearia, minimercado, açougue, peixaria, hortifrutigranjeiros, atacarejos e comércio de laticínios e/ou frios).

1.39. A empresa CREDENCIADA deverá manter um número mínimo de estabelecimentos credenciados na sede do município e em cidades adicionais, assim distribuídos e não se esgotando:

a) Sede do Município de Bandeirantes: 04 (quatro) supermercados; 04 (quatro) mercados; 01 (uma) farmácia, 01 (uma) padaria, 01 (um) restaurante;

b) Distrito Nossa Senhora da Candelária: 01 (um) estabelecimento "sui generis" no fornecimento de insumos que se enquadre como auxílio alimentação;

b) Cidades adicionais: as cidades de Curitiba, Londrina, Abatiá, Andirá, Cornélio Procopio, Itambaracá e Santa Mariana deverão contar com pelo menos 1 (um) supermercado cadastrado em cada uma.

1.39.1. Quanto à obrigatoriedade de credenciamento de farmácias mencionada na alínea "a" do item 1.39, é imprescindível que os estabelecimentos possam se enquadrar como auxílio-alimentação, considerando que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autoriza a venda de itens de conveniência, como alimentos e bebidas não alcoólicas (água, sucos e refrigerantes), desde que devidamente regulamentados pela Instrução Normativa nº 9/2009 da Anvisa. O mesmo tratamento se aplica aos restaurantes, garantindo que sejam capazes de atender às necessidades alimentares dos beneficiários.

1.40. A LICITANTE deverá apresentar Declaração de Manutenção da Rede Credenciada confirmando o cumprimento dos itens 1.39 e 1.39.1, assinada pelo responsável legal da empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a habilitação e antes da assinatura do contrato.

1.40.1. A declaração, condição indispensável para a formalização do contrato, deverá incluir a relação dos estabelecimentos credenciados em formato eletrônico (Excel, CSV ou PDF), contendo: Nome do estabelecimento; CNPJ; Endereço completo.

1.41. A LICITANTE deverá apresentar declaração informando a forma operacionalização de arranjo de pagamento (aberto ou fechado) utilizada pela empresa e que será aplicada ao contrato. Caso a empresa apresentar modelo de operacionalidade pelo arranjo de pagamento aberto, fica dispensada da obrigatoriedade dos itens 1.39 e 1.39.1, ou seja, de manter a rede credenciada.

1.42. Não serão indicadas marcas de referência ou similaridades, cabe ao fornecedor se atentar ao descritivo sob pena de punição caso forneça item que não atenda a finalidade esperada.

1.43. Os estabelecimentos fornecedores vinculados a CREDENCIADA deverão ser devidamente contratados e habilitados para comercializar gêneros alimentícios de primeira necessidade, como supermercados, mercearias, açougues, padarias e outros similares, bem como atender os seguintes requisitos:

a) Possuir registro no órgão competente (CNPJ, Alvará de Funcionamento) e licença sanitária válida;

b) Oferecer produtos alimentícios de qualidade, frescos e com data de validade adequada;

c) Manter a higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo às normas sanitárias vigentes;

d) Dispor de sistema de pagamento eletrônico eficiente e seguro, compatível com o sistema da CREDENCIADA;

e) Possuir variedade de produtos, incluindo opções saudáveis;



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

- f) *Garantir atendimento de qualidade aos clientes;*
g) *Não estar envolvido em processos judiciais que possam afetar a imagem da rede;*
h) *Cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis, incluindo as normas de defesa do consumidor.*

1.44. A rede credenciada deve ser de fácil acesso, com estabelecimentos localizados em pontos estratégicos e com horários de funcionamento convenientes, conforme legislação vigente.

1.45. A credenciada será responsável por manter a rede credenciada sempre atualizada, com novos estabelecimentos sendo incluídos e estabelecimentos que não atendem aos requisitos sendo excluídos.

1.46. A CREDENCIADA deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração na relação de estabelecimentos credenciados, devendo ainda, semestralmente, apresentar um relatório detalhado da rede credenciada em formato eletrônico (Excel, CSV ou PDF), contendo as seguintes informações para cada estabelecimento: razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, horário de funcionamento, tipos de produtos e serviços oferecidos. Poderão ser exigidas as cópias dos convênios/contratos celebrados com os referidos estabelecimentos, a critério da Contratante.

1.47. A CONTRATANTE poderá solicitar à CREDENCIADA, a qualquer momento, a inclusão de novos estabelecimentos em sua rede credenciada, visando ampliar as opções e melhorar a qualidade do atendimento aos beneficiários. A CREDENCIADA se compromete a analisar as solicitações e, caso atendam aos critérios de credenciamento estabelecidos neste contrato, a incluí-los na rede no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento da solicitação formal. A CREDENCIADA comunicará à CONTRATANTE o resultado da análise de cada solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

DO ÍNDICE DE CORREÇÃO DOS VALORES DESTINADOS AOS BENEFICIÁRIOS

1.48. Os valores referentes ao auxílio serão reajustados anualmente tendo como data base o mês de janeiro de cada ano de acordo com o índice inflacionário oficial calculado pelo **IPCA** e na falta deste, por outro índice que venha a substituí-lo ou por índice correlato, conforme preceitua o art. 76 da Lei Municipal nº 174/2022 de 07 de novembro de 2022 e art.99 da Lei Municipal nº 173/2022 de 07 de novembro de 2022.

DOS CARTÕES DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

1.49. O auxílio-alimentação (VA) será concedido por meio de um cartão de benefícios eletrônico, com tecnologia de chip e senha pessoal, disponível nas modalidades físicas (PVC) e digital, com funcionalidade flexível.

1.50. A validade do cartão será de, no mínimo, 12 (doze) meses, conforme estabelecido na Lei nº 14.442/2022. Os créditos serão cumulativos.

1.51. Por questões de segurança, o cartão será bloqueado após 90 (noventa) dias sem a disponibilização de crédito, mesmo que haja saldo. Caso o usuário seja desligado, poderá solicitar a emissão de uma segunda via do cartão à Central de Atendimento, mediante autorização da CONTRATANTE, que analisará as condições do desligamento.

1.52. O auxílio-alimentação poderá ser utilizado para a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos credenciados, conforme a legislação vigente.

1.53. Os cartões eletrônicos serão entregues em envelopes lacrados, acompanhados de senha individual e aleatória, além de um manual de instruções. O primeiro acesso ao cartão deverá ser realizado por meio de uma central de atendimento ou plataforma digital, onde o usuário poderá personalizar sua senha.

1.54. A CREDENCIADA será integralmente responsável pelo transporte e entrega dos cartões, incluindo coleta, embalagem, seguro, rastreamento e entrega final, sem custos adicionais para a CONTRATANTE. Todas as medidas de segurança necessárias serão adotadas para garantir a integridade e a confidencialidade dos cartões durante o trajeto.

1.55. A CREDENCIADA assume total responsabilidade pela qualidade do objeto do contrato.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

1.56. Os cartões serão confeccionados com tecnologias que garantam a autenticidade e a integridade dos dados. A CREDENCIADA implementará um sistema de monitoramento contínuo das transações para detectar atividades suspeitas. Em caso de clonagem, o usuário será notificado em até 3 (três) dias úteis, e sua solicitação será tratada com máxima urgência, com a comunicação do resultado dentro do prazo estabelecido.

1.57. A entrega dos cartões será realizada exclusivamente mediante apresentação da Ordem de Serviço, contendo informações como endereço, horário e responsável pelo recebimento, seguindo os parâmetros e rotinas estabelecidos.

1.58. Por segurança, os cartões serão entregues lacrados e bloqueados na sede da Prefeitura (Rua Frei Rafael Proner, nº 1457, CEP 86.360-000). Cada cartão estará identificado com o nome do servidor.

1.59. O prazo para entrega de novos cartões, segundas vias e documentos com senhas substitutas será de 5 (cinco) dias úteis, em horário comercial (das 8h às 11h e das 13h às 16h), contados a partir da solicitação do Município ou do empregado (via contato com a Central de Atendimento da fornecedora).

1.60. O transporte e a entrega dos cartões serão realizados pela CONTRATADA, sem custos para a CONTRATANTE. A CONTRATADA é integralmente responsável pela segurança dos cartões durante o transporte até a entrega.

1.61. A CREDENCIADA garantirá a aceitação dos cartões em todos os estabelecimentos credenciados e será responsável pelo reembolso dos valores devidos aos estabelecimentos em caso de problemas com as transações, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da solicitação de reembolso.

1.62. A CREDENCIADA deverá equipar os estabelecimentos credenciados com as máquinas necessárias para o recebimento dos cartões.

1.68. Durante toda a vigência do contrato, a CREDENCIADA deverá disponibilizar em seu site a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados, permitindo a consulta regular pelos beneficiários. Essa relação deverá conter informações sobre a natureza dos serviços prestados, razão social, nome fantasia, endereço e telefone.

1.69. O reembolso aos estabelecimentos fornecedores será realizado pontualmente pela CREDENCIADA, sob sua inteira responsabilidade, independentemente da vigência do contrato. A CONTRATANTE não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

1.70. Os créditos serão disponibilizados nos cartões eletrônicos mensalmente, impreterivelmente até o dia 15 (quinze) de cada mês, a partir das 00h. A CONTRATANTE solicitará os créditos mensalmente, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil em relação à data de disponibilização.

1.71. Não haverá limite de valor por transação ou por dia. Os créditos não utilizados no mês de competência serão automaticamente acumulados para os meses subsequentes.

1.72. Em caso de qualquer impedimento que impossibilite a disponibilização dos créditos, a CREDENCIADA deverá apresentar imediatamente um meio alternativo para garantir o pagamento dos benefícios, sem ônus para a CONTRATANTE ou para os usuários.

1.73. A disponibilização dos créditos não estará condicionada ao pagamento da nota fiscal/fatura pela CONTRATANTE. A CREDENCIADA será integralmente responsável por garantir a efetivação dos créditos nos prazos estabelecidos, independentemente do status do pagamento da nota fiscal/fatura.

1.74. Além das recargas mensais, benefícios adicionais poderão ser disponibilizados a qualquer momento, mediante solicitação da CONTRATANTE.

1.75. Solicitações de bloqueio imediato e estorno de créditos deverão ser atendidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação.

1.76. A CONTRATANTE poderá alterar o cronograma de disponibilização dos créditos, mediante acordo entre as partes, em caso de força maior ou outras situações excepcionais.

PROPOSTAS DE ALTERNATIVAS TÉCNICAS:



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

1.77. A CREDENCIADA deverá propor alternativas técnicas para a solução de problemas que surgirem durante a execução dos serviços, considerando aspectos técnicos e econômicos para minimizar incertezas.

INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.78. A CONTRATANTE realizará pesquisas periódicas de satisfação com os beneficiários para avaliar a qualidade da rede credenciada. Adicionalmente, caso o setor demandante identifique indícios de insatisfação dos usuários, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, aplicar pesquisa de satisfação para medir o nível de qualidade dos serviços prestados.

1.79. Sempre que a pesquisa evidenciar baixo nível de satisfação dos usuários, será oportunizado à Contratada um prazo de 30 (trinta) dias para adoção de medidas saneadoras que tenham como objetivo a melhoria do indicador.

1.80. A reincidência de baixo nível de satisfação dos usuários por 03 (três) pesquisas consecutivas, poderá ensejar na rescisão unilateral do contrato por parte do Contratante.

1.81. A metodologia de avaliação da qualidade dos serviços será definida após a assinatura do contrato em formulário próprio elaborado pelo Contratante e disponibilizado à Contratada pelo menos 30 (trinta) dias antes da aplicação da pesquisa entre os usuários e abordará minimamente os seguintes critérios: quantidade de credenciados, uso do aplicativo e atendimento ao cliente por meio do canal telefônico disponível.

1.82. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

SOLICITAÇÃO DE DESCREDENCIAMENTO PELO CREDENCIADO

1.83. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante envio de solicitação formal por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

1.84. O pedido de descredenciamento não exime o credenciado do cumprimento de eventuais obrigações assumidas e responsabilidades pendentes, sendo aplicáveis, em caso de irregularidade na execução dos serviços, as sanções previstas neste Edital.

DESCREDENCIAMENTO POR INICIATIVA DA CONTRATANTE

1.85. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, proceder ao descredenciamento do prestador de serviço, sem prejuízo do disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

- a) *Por interesse da CONTRATANTE, devidamente fundamentado em despacho expedido pela Autoridade Superior;*
- b) *Prática de ato ou omissão lesiva ao interesse do município ou conduta contrária à ética profissional, aos bons costumes e ao respeito institucional;*
- c) *Descumprimento das normas estabelecidas neste Edital, no Termo de Contrato ou em instrumento equivalente;*
- d) *Término do prazo de vigência do Credenciamento;*
- e) *Pedido de descredenciamento pelo próprio credenciado, conforme estabelecido no item 1.2.1.1;*
- f) *Rescisão por acordo entre as partes;*
- g) *Anulação ou revogação do processo de credenciamento, em qualquer hipótese.*

OUTRAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

1.86. Além das hipóteses previstas na legislação aplicável, o descredenciamento e/ou a extinção do Termo de Contrato ou instrumento equivalente poderá ocorrer nos seguintes casos:

- a) *Alteração social ou contratual do credenciado, ou modificação de sua finalidade ou estrutura, que comprometa, a juízo da CONTRATANTE, o cumprimento das obrigações assumidas;*
- b) *Violação do sigilo de informações recebidas para a execução dos serviços;*



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

- c) Utilização indevida de informações obtidas por força do contrato, seja em benefício próprio ou de terceiros, contrariando as condições estabelecidas pela CONTRATANTE;*
- d) Declaração de inidoneidade por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, bem como punição que implique proibição de licitar e/ou contratar com o Município de Bandeirantes;*
- e) Anulação ou revogação do credenciamento, da adjudicação ou da contratação, em razão de irregularidades legais, normativas ou por determinação judicial;*
- f) Desempenho insatisfatório na execução dos serviços contratados.*

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.87. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada a contratação de cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no quadro de pessoal da CONTRATANTE para prestar serviços na CREDENCIADA.

1.88. A CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança técnica e administrativa para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados dos beneficiários, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

1.89. A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto às atividades a serem desempenhadas, alertando-os para que não realizem funções não previstas no contrato e para que respeitem as Normas Internas da Administração.

1.90. A CONTRATADA deverá empregar profissionais qualificados e devidamente capacitados para a execução dos serviços.

1.91. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, garantindo o cumprimento das normas de segurança vigentes.

1.92. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com a legislação pertinente e com as determinações dos órgãos públicos competentes.

1.93. Todos os estabelecimentos credenciados à rede da CONTRATADA deverão exibir, em local visível ao público, sinalização clara e inequívoca indicando sua participação na rede. Essa sinalização deverá ser composta por placas, adesivos ou outros materiais gráficos fornecidos pela CONTRATADA, contendo sua logomarca e informações essenciais, como nome da rede, formas de pagamento aceitas e contato da CONTRATADA para atendimento ao cliente.

1.94. Qualquer alteração no método de execução dos serviços que não esteja em conformidade com o Termo de Referência e o Edital deverá ser previamente submetida, por escrito, à CONTRATANTE para análise e aprovação.

1.95. A CONTRATADA será responsável pela gestão integral dos recursos necessários à execução dos serviços, incluindo pessoal, equipamentos e materiais, assegurando a qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

1.96. A CONTRATADA será inteiramente responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais decorrentes da execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a:

- a. Pagamento pontual de salários, férias, 13º salário, FGTS e demais verbas trabalhistas;
- b. Contribuições previdenciárias, fiscais e trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento;
- c. Registro dos empregados conforme a CLT e demais legislações vigentes;
- d. Cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados, inclusive em áreas sob a responsabilidade do Município de Bandeirantes.

1.97. A CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Bandeirantes em relação aos encargos mencionados no item anterior. A inadimplência da CONTRATADA quanto a esses encargos não transferirá a responsabilidade de pagamento ao Município de Bandeirantes nem poderá onerar o objeto da presente contratação. Em caso de inadimplência, o Município poderá aplicar as penalidades previstas no contrato, sem prejuízo do direito de buscar a execução dos valores devidos em juízo.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

1.98. A CONTRATADA será exclusiva e integralmente responsável por todas as demandas trabalhistas, civis ou penais que possam surgir, sejam elas originárias ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência.

1.99. A CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou a bens públicos e privados em decorrência da execução dos serviços ou de qualquer fato a ela imputável. Esses danos incluem, mas não se limitam a: danos materiais, morais, lucros cessantes e prejuízos decorrentes de vícios ou defeitos nos serviços prestados, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei nº 14.133/2020.

1.100. Caso a CONTRATANTE sofra qualquer dano em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, poderá, após prévia notificação e direito à defesa, deduzir o valor correspondente dos pagamentos devidos à CREDENCIADA. A comprovação do dano e do nexo causal será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE.

1.101. A CONTRATADA deverá dispor de sistema de administração e gerenciamento que permita a remessa de pedidos mensais, possíveis estornos, atualizações decorrentes de admissões e dispensas de empregados e outras informações, por meio eletrônico, possibilitando também a emissão de relatórios para o controle e gestão das informações sobre a utilização do benefício.

1.102. A CONTRATADA deverá reembolsar, com prazo máximo de 30 (trinta) dias os estabelecimentos comerciais pelo valor dos créditos utilizados durante o período de sua validade, independentemente da vigência do contrato, mediante depósito bancário da empresa credenciada, expressamente indicada para esse fim, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não responderá solidariamente ou subsidiariamente por esse reembolso, que é de única e inteira responsabilidade da CONTRATADA.

1.103. A CONTRATADA deverá restituir à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a devolução as importâncias correspondentes aos cartões eletrônico/magnéticos que forem devolvidos.

1.104. A CONTRATADA deverá reemitir cartão eletrônico/magnético, sem ônus adicional para a Contratante e/ou usuário, por ocasião do vencimento da data de validade ou por extravio.

1.105. A CONTRATADA deverá disponibilizar treinamento em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, de forma presencial ou remota, para equipe responsável pela operacionalização dos benefícios, para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.

MODELO DE GESTÃO

1.106. O modelo de gestão deverá ser fixado em Termo de Referência, restando nesta oportunidade indicado o fiscal e gestor do contrato como sendo os constantes da Portaria nº 2155/2025:

SECRETARIA MUNICIPAL	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR
ADMINISTRAÇÃO		EMERSON BARBOSA

A gestão do contrato deverá ser realizada pela Sr (a):

SECRETARIA MUNICIPAL	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR
ADMINISTRAÇÃO		CLAUDIA JANZ DA SILVA

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

1.107. O Departamento de Recursos Humanos da CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia do mês, relatório oficial de concessão do auxílio-alimentação, contendo a lista nominal dos servidores celetistas contemplados, os valores individualizados a serem creditados, eventuais inclusões, exclusões ou ajustes, com base na folha de pagamento vigente.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

1.108. Com base nesse relatório, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal após creditado os valores aos servidores celetistas conforme data programada, observando os seguintes requisitos: Emissão em nome do Município de Bandeirantes/PR; CNPJ nº 76.235.753/0001-48; Endereço: Rua Frei Rafael Proner, nº 1457, Centro, Bandeirantes/PR. Obrigatoriamente deverá constar o número do processo licitatório, do contrato e da ordem de fornecimento ou empenho vinculado.

1.109. A CONTRATANTE efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal diretamente à CONTRATADA, que atuará como instituição intermediadora da gestão do benefício, assumindo total responsabilidade financeira e contratual perante os estabelecimentos credenciados da rede própria ou da rede vinculada à bandeira adotada, conforme o tipo de arranjo de pagamento (aberto ou fechado).

1.110. Tendo em vista a natureza pré-paga do contrato, o pagamento à CONTRATADA se refere exclusivamente ao montante correspondente aos créditos a serem efetivamente disponibilizados aos servidores beneficiários. O repasse dos valores aos estabelecimentos credenciados será realizado exclusivamente pela CONTRATADA, a qual será responsável:

1.110.1. Pelo repasse dos valores transacionados em até 48 (quarenta e oito) horas úteis após cada compra;

1.110.2. Pela regularidade fiscal e contratual dos estabelecimentos;

1.110.3. Pela restituição imediata em caso de transações indevidas ou falhas operacionais, sem responsabilização direta ou solidária da CONTRATANTE.

1.111. O não cumprimento do prazo de repasse aos estabelecimentos credenciados acarretará penalidades previstas no edital e no contrato, incluindo a possibilidade de rescisão contratual por descumprimento de cláusula essencial.

1.112. Eventuais glosas, exclusões ou ajustes identificados pela CONTRATANTE após o envio do relatório poderão ser deduzidos da fatura do mês subsequente ou reembolsados pela CONTRATADA, mediante justificativa formal e registro documental.

1.113. A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, solicitar à CONTRATADA:

1.113.1. Relatórios sintéticos ou analíticos de utilização dos créditos;

1.113.2. Extratos individualizados por servidor;

1.113.3. Dados consolidados de utilização mensal e anual;

1.113.4. Comprovações de repasse aos estabelecimentos;

1.113.5. Relatórios de auditoria e controle interno da plataforma de gestão.

2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15, §1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):

☒ A contratação do objeto estudado se dará de forma dividida em vários itens/lotes ou global por lotes, por se mostrar tecnicamente e economicamente viável, além de permitir um número maior de interessados na participação da disputa, aumentando a competitividade e a viabilização de melhores propostas.

☐ A contratação do objeto não será parcelada por item, considerando prejuízos para o município em relação ao conjunto e a perda de economia de escala, além do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e facilitação do plano de fiscalização.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº 3.537/2023):

Não há necessidade/demanda de contratações correlatas ou interdependentes no presente objeto desta Contratação.

4. Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Espera-se que a contratação garanta a continuidade da prestação de serviços, integrando as mais modernas soluções tecnológicas disponíveis no mercado. Isso beneficiará os servidores públicos ao oferecer a liberdade de escolher a empresa que melhor atende suas necessidades em relação ao auxílio-alimentação previsto na Lei Municipal. Essa abordagem resultará em uma gestão aprimorada dos benefícios alimentares, aumento da satisfação dos servidores municipais, redução de custos administrativos relacionados à gestão desses benefícios e garantia de conformidade com as normativas legais e administrativas.

5. Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):

- 5.1. Realização de certificação de disponibilidade orçamentário.
- 5.2. Providenciar a publicação do ato da designação do fiscal e gestor do contrato.
- 5.3. Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços.
- 5.4. Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados.
- 5.5. A administração deverá providenciar capacitação para os fiscais e gestor de contrato, para a plena execução da função.
- 5.6. Publicação e divulgação do edital e anexos.
- 5.7. Elaboração de contrato.
- 5.8. Acompanhamento da execução do contrato, através de fiscal de contrato (técnico e administrativo);
- 5.9. Receber o objeto da contratação.
- 5.10. Deverá ser realizado o monitoramento contínuo da prestação de serviços pela empresa fornecedor, garantindo que os requisitos e padrões de qualidade sejam atendidos, além da avaliação periódica da satisfação dos servidores com o serviço contratado.

6. Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):

- ☒ A presente contratação não representa riscos de impactos ambientais
- ☐ Para a presente contratação, verifica-se o impacto ambiental abaixo relatado, sendo sugeridas as ações destacadas a seguir com intuito de combater/minimizar os efeitos causados: **Não se aplica.**

V – Posicionamento Conclusivo:

O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 3.537/2023, de 9 de maio de 2023, considera a análise das necessidades apresentadas pela área requisitante, bem como os aspectos normativos pertinentes ao credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento, administração e gerenciamento de auxílio-alimentação para os servidores públicos municipais de Bandeirantes.

O serviço será viabilizado por meio de Cartão Eletrônico/Magnético com chip de segurança e senha individual, além de um aplicativo compatível com iOS e Android, permitindo pagamento s via QR Code. A recarga será realizada mensalmente e destinada à aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais credenciados, incluindo hipermercados, supermercados de porte municipal e/ou regional, armazéns, mercearias, minimercados, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, atacarejos e comércios de laticínios e frios. O fornecimento deverá atender às localidades onde houver servidores vinculados ao município, pelo período de 12 (doze) meses.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Considerando os potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, recomenda-se o prosseguimento do processo, não havendo impedimentos à continuidade da aquisição/contratação no formato indicado.

Bandeirantes (PR), 25 de agosto de 2025.

ALEXANDRO BERETTA
Secretário de Saúde

ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS
Secretário de Educação e Cultura

CLÁUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

PATRÍCIA PEDROSO DE OLIVEIRA
Secretária de Planejamento

RÔMULO RAMALHO FARIAS
Secretário de Obras, Serv. e Des. Urbano